



Evolução da educação no RS: uma análise das desigualdades com base na PNAD Contínua (2016–24)

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior*

1 Introdução

No contexto brasileiro, a análise de indicadores educacionais revela profundas desigualdades estruturais que persistem ao longo do tempo, mesmo diante de avanços institucionais e políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e da permanência na escola. Levando isso em consideração, este artigo tem como objetivo analisar a evolução de diversos indicadores educacionais no estado do Rio Grande do Sul, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), para o período de 2016 a 2024.

A investigação abrange um conjunto amplo de variáveis que compõem o retrato educacional da população residente no estado. São analisados os níveis de analfabetismo, o número médio de anos de estudo, os níveis mais elevados de instrução alcançados, as taxas de escolarização, a taxa ajustada de frequência escolar e a situação de ocupação da população e sua condição de estudo, permitindo estabelecer relações entre inserção no mercado de trabalho e trajetória educacional.

Para uma leitura crítica e aprofundada das desigualdades educacionais, os dados são desagregados por sexo, raça/cor e faixa etária, considerando as especificidades de cada grupo populacional. Tal abordagem buscou evidenciar as disparidades historicamente produzidas no acesso e na permanência na educação formal em alguns grupos, especialmente entre mulheres e homens e brancos e negros, para verificar as disparidades de acesso à educação não só nesses grupos, mas também entre os diferentes grupos etários. A intersecção entre esses marcadores sociais permite compreender com maior precisão a persistência de desigualdades educacionais no estado, bem como os avanços e os retrocessos observados ao longo da série temporal.

Ao propor uma análise sistemática dos dados da PNAD Contínua entre 2016 e 2024, este trabalho contribui para a produção de evidências empíricas sobre a realidade educacional do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, oferece subsídios para o planejamento e a avaliação de políticas públicas mais equitativas e sensíveis às múltiplas dimensões que estruturam as desigualdades educacionais.

Esta publicação será atualizada anualmente, quando novos dados da PNAD Contínua forem disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A proposta é manter um acompanhamento constante e sistemático dos principais indicadores educacionais do Rio Grande do Sul, permitindo a incorporação de tendências mais recentes e a ampliação das análises conforme a base de dados for se expandindo ao longo do tempo.

* Analista Pesquisador em Sociologia da Divisão de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.
E-mail: ricardo-junior@planejamento.rs.gov.br

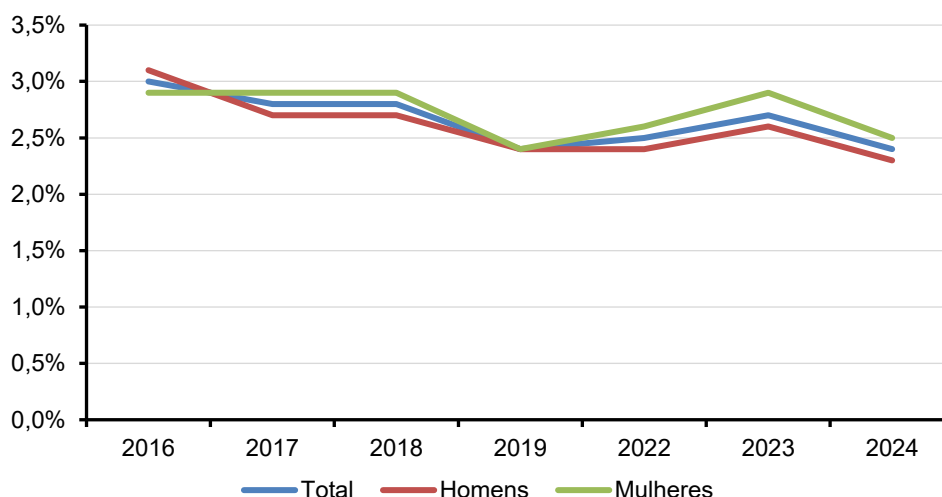


2 Taxas de analfabetismo

Considerando a população gaúcha com 15 anos ou mais de idade em 2024, 2,4% não sabiam ler nem escrever. Essa taxa é menor que a de 2016, do início da série histórica, quando era de 3%. Não há diferenças expressivas entre os sexos durante o tempo aqui considerado, como se vê no Gráfico 1. Ao longo da série temporal, houve redução tanto para o total do estado quanto para ambos os sexos. Em relação a 2016, o total do RS apresentou diminuição de 0,6 ponto percentual (p.p.), enquanto, para os homens, foi de 0,8 p.p., e, para as mulheres, de 0,4 p.p. Como os percentuais são baixos, leves reduções em pontos percentuais de pessoas analfabetas representam diminuições significativas, pois houve queda de 20% de analfabetos no total, de 25,8% entre os homens e de 13,8% entre as mulheres.

Gráfico 1

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

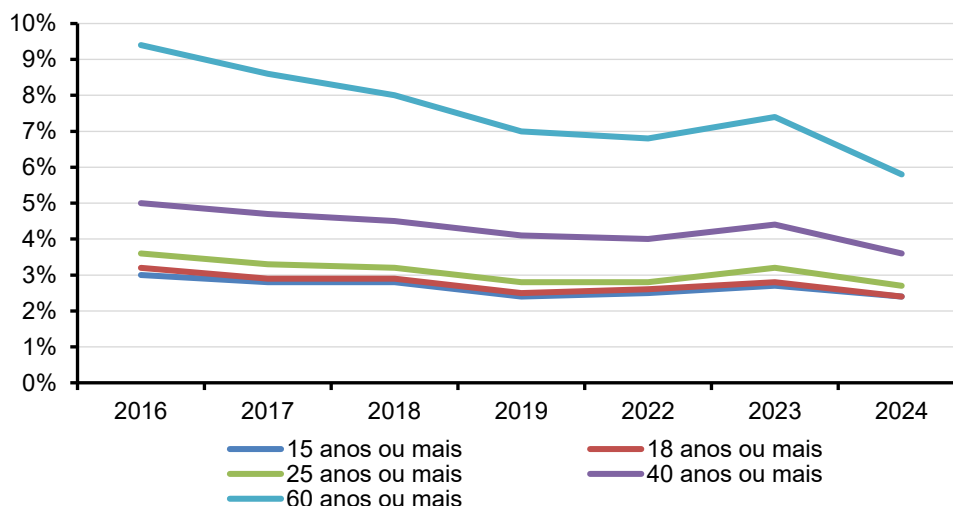
Há diferenças expressivas nas taxas quando se levam em conta as diferentes faixas etárias recortadas pela PNAD Contínua, como se percebe no Gráfico 2. Entre as faixas de 15 anos ou mais, 18 anos ou mais e 25 anos ou mais, as diferenças nos percentuais são pequenas (respectivamente 2,4%, 2,4% e 2,7% em 2024). No entanto, a disparidade aumenta a partir da faixa dos 40 anos ou mais (3,6% em 2024) e se eleva mais ainda no último grupo, o de 60 anos ou mais (5,8% em 2024).

Embora ainda existam tais disparidades, é importante observar que houve diminuição relativa dos analfabetos em todos esses grupos. A mais significativa se deu no grupo de idade mais elevada, em que houve redução de 38,3% de pessoas que não sabiam ler nem escrever. Nos demais grupos, as quedas ficaram entre 28% e 20%. Assim, pode-se concluir que, com o passar do tempo, a população gaúcha tem tido, cada vez mais, acesso à educação formal.



Gráfico 2

Taxa de analfabetismo, por grupo de idade, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

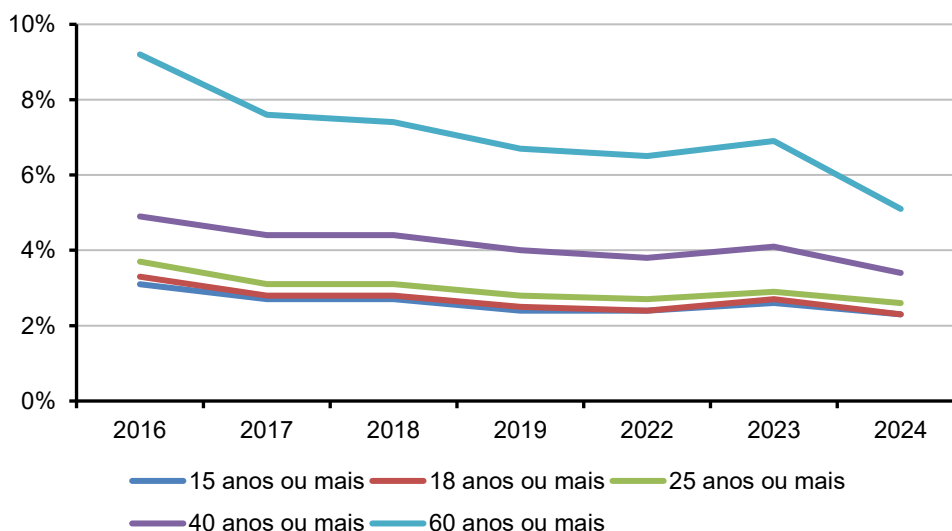
Também somente quando se avaliam as diferentes faixas etárias aparecem disparidades nas taxas de analfabetismo entre os sexos, evidenciadas no Gráfico 3. No entanto, apenas nas duas últimas faixas é que os contrastes são notáveis, em favor dos homens. Enquanto, no grupo de 40 anos ou mais, o percentual de homens analfabetos é de 3,4%, o de mulheres é de 3,8%. Já entre as pessoas com 60 anos ou mais, os percentuais elevam-se para, respectivamente, 5,1% e 6,3%.

As reduções também foram mais significativas nos grupos de pessoas mais velhas. Entre os homens de 60 anos ou mais, a diminuição da população analfabeta, entre 2016 e 2024, foi de 44,6%, enquanto, entre as mulheres no mesmo segmento etário, foi de 34,4%. Nos demais estratos, as reduções foram menores, mas também mais significativas entre os homens.

Gráfico 3

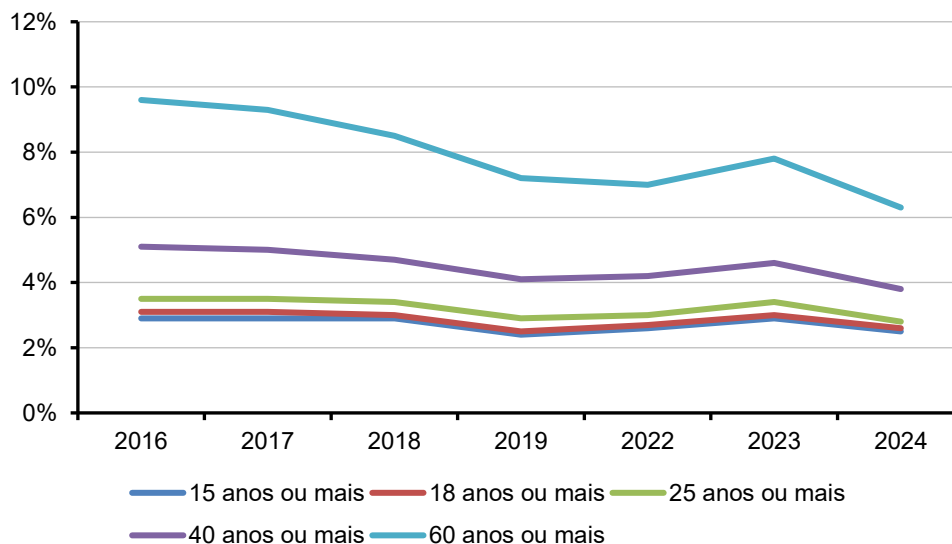
Taxa de analfabetismo, por sexo e grupo etário, no RS — 2016-24

a) Homens





b) Mulheres

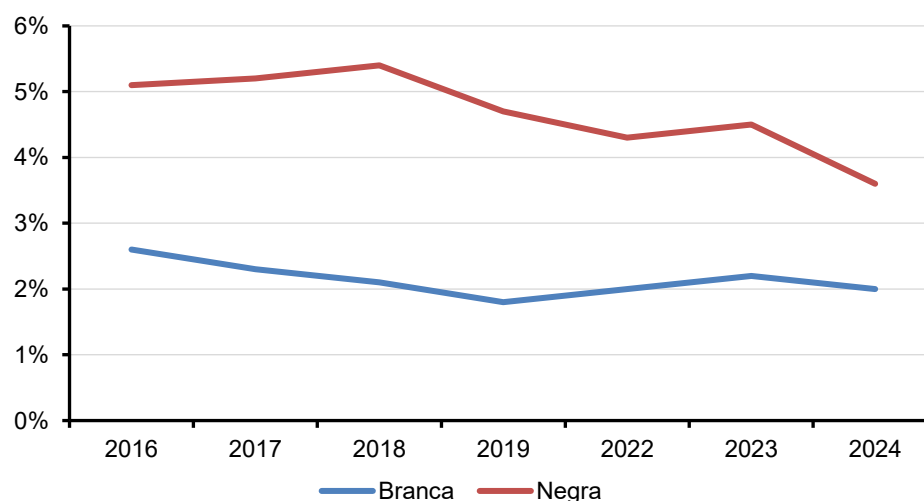


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

O Gráfico 4 revela que, se entre os sexos, as disparidades quase inexistem, entre os grupos de raça/cor, elas são mais expressivas. Em 2024, na população com 15 anos ou mais, enquanto os brancos analfabetos representavam 2%, os negros registraram quase o dobro de analfabetismo (3,6%). Em ambos os grupos, o percentual do último ano da pesquisa foi menor que o de 2016, primeiro ano considerado. Entre os negros, a queda foi mais elevada, de quase 30%, enquanto, entre os brancos, foi de 23%. Assim, comparando a evolução de 2016 a 2024, houve diminuição da diferença entre os grupos raciais de 2,5 p.p. para 1,6 p.p.

Gráfico 4

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, por raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

O cruzamento do fator geracional com o de raça/cor continua a acentuar as heterogeneidades entre os dois grupos. Se, entre os brancos, os percentuais são aproximados até a faixa etária dos 40 anos



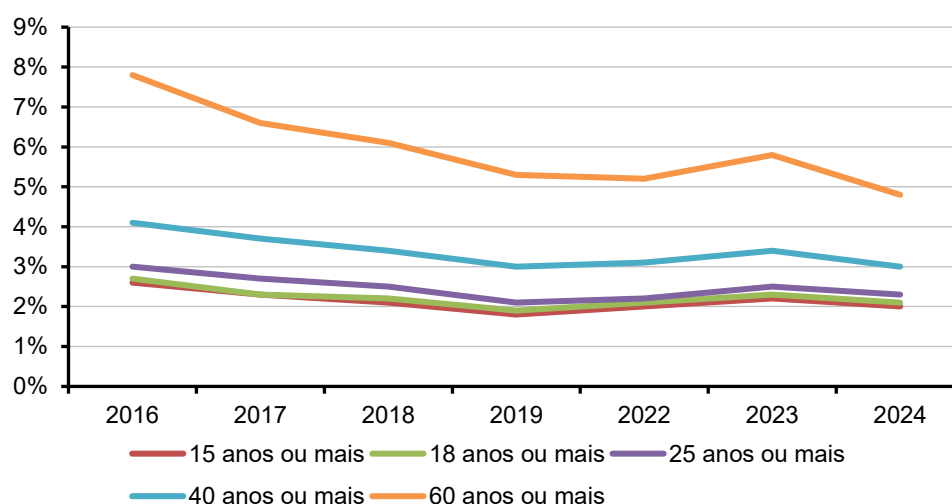
ou mais e passam a se elevar a partir daí, entre os negros, uma diferenciação significativa acontece já a partir dos 25 anos de idade, o que revela um acesso mais tardio desse grupo racial ao universo escolar. Em todas as faixas etárias, negros têm maiores percentuais de analfabetos que brancos. No corte etário de 60 anos ou mais, chega a ser mais que o dobro (4,8% e 10,6%), enquanto, entre os que têm 15 anos ou mais, é quase o dobro (2% e 3,6%).

O registro longitudinal mostra que houve diminuição das disparidades entre os dois grupos raciais, pois, em todos os recortes etários, as reduções dos percentuais de indivíduos negros que não sabiam ler nem escrever foram maiores que as dos brancos. Além disso, também nos dois grupos raciais, as reduções foram maiores nos indivíduos de mais idade. Assim, por exemplo, comparando 2024 com 2016, a redução de analfabetos entre a população negra com mais de 60 anos foi de 45,4%, enquanto, entre os brancos, foi de 38,5%; no grupo com 40 anos ou mais, tais percentuais foram de 41,2% e 26,8% para negros e brancos respectivamente.

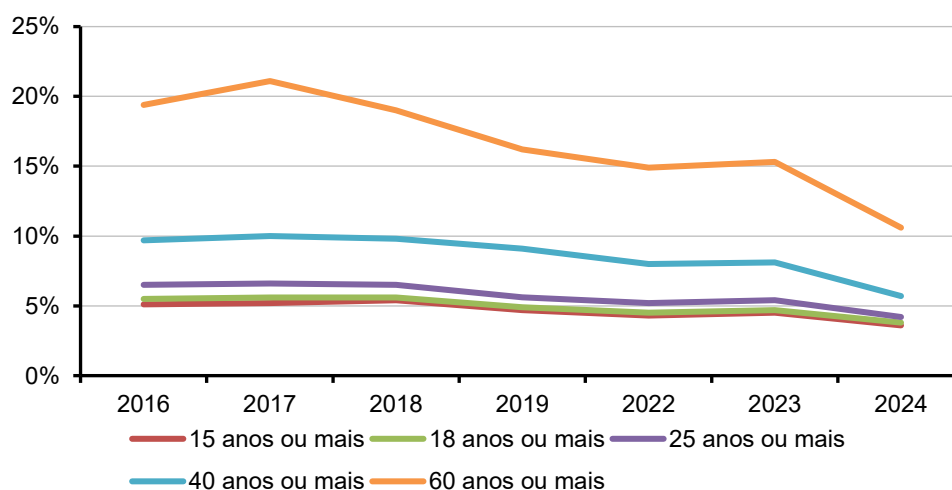
Gráfico 5

Taxa de analfabetismo, por raça/cor e grupo etário, no RS — 2016-24

a) Branca



b) Negra



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

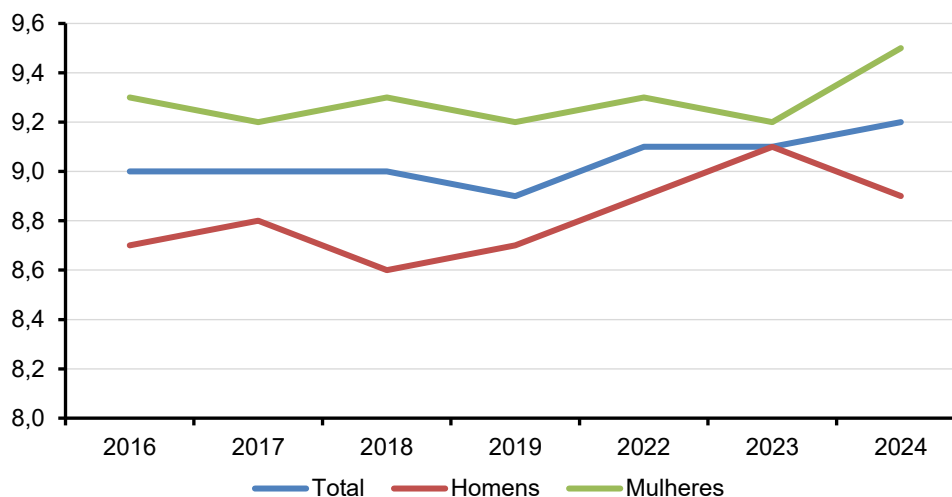


3 Número médio de anos de estudo

Os dados relativos à média de anos de estudo dos gaúchos serão aqui ponderados com base em três segmentos de idade: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 anos ou mais. No primeiro grupo, a média, no RS, foi de 9,2 anos. Em comparação com o início da linha de tempo dos dados, há um crescimento inexpressivo, o que indica acesso perene dos jovens gaúchos à educação escolar. Ainda assim, o índice das mulheres (9,5 anos) é mais elevado que o dos homens (8,9 anos). Para ambos os sexos, a elevação da média, comparando 2016 com 2024, representou 0,2 ano de estudo a mais.

Gráfico 6

Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 a 17 anos, por sexo, no RS — 2016-24



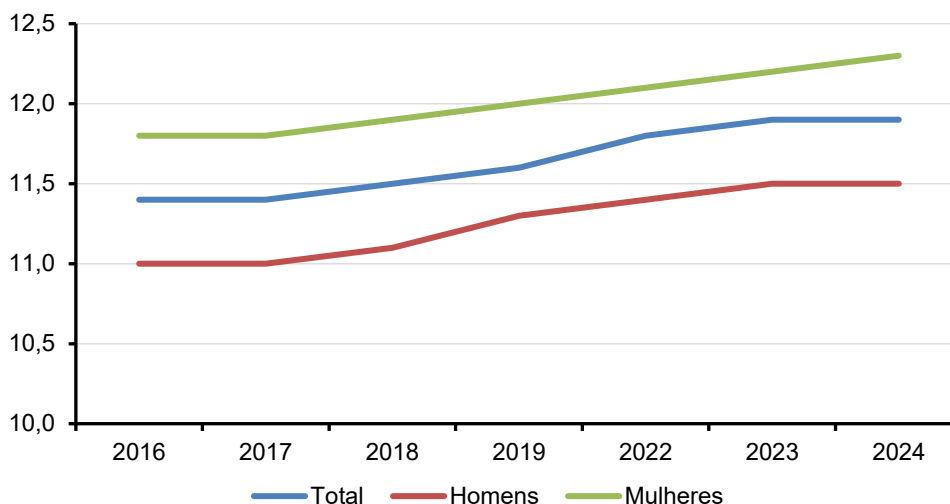
Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Conforme apresentado no Gráfico 7, entre os jovens de 18 a 24 anos, a média de anos de estudo no estado alcançou 11,9 em 2024, o que representa um avanço de meio ano em comparação com 2016. As mulheres seguem apresentando médias superiores às dos homens, com uma diferença que aumentou 0,8 ano (12,3 contra 11,5). Homens e mulheres apresentaram um aumento de meio ano na média de tempo de estudo entre 2016 e 2024. Além disso, os dados revelam que há aumento igualitário, em todas as categorias consideradas — homens, mulheres e total —, de 0,5 p.p. desde o início dos dados.



Gráfico 7

Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos, por sexo, no RS — 2016-24

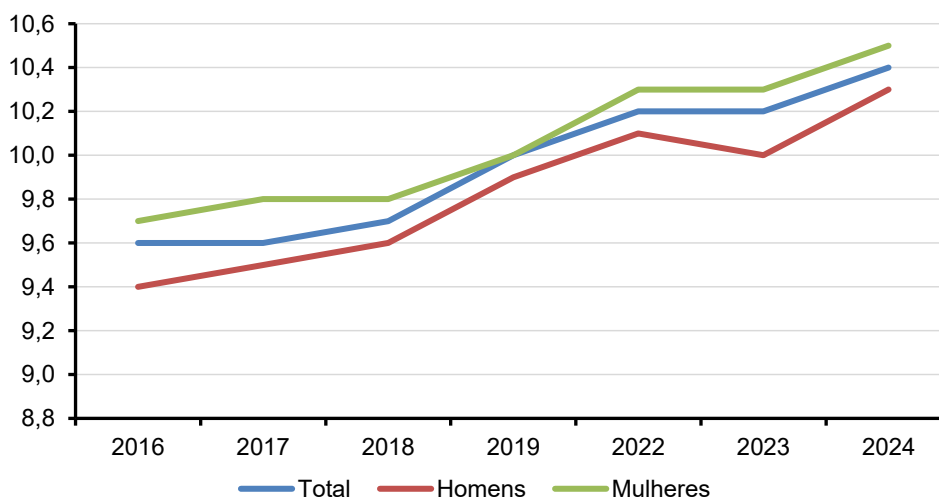


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Entre os indivíduos com 25 anos ou mais, a média de anos de estudo, em 2024, no Rio Grande do Sul, é de 10,4, novamente um crescimento de 0,8 ano em comparação com 2016. Contudo, a média de 2024 desse grupo é inferior à registrada entre os jovens de 18 a 24 anos. Esse dado, disposto no Gráfico 8, sugere que as gerações mais recentes têm tido maior acesso à educação formal por períodos mais longos. Outra diferença observada nesse grupo etário, em comparação com o dos mais jovens, é a quase paridade entre os sexos: os homens têm uma média de 10,3 anos de estudo, e as mulheres, de 10,5.

Gráfico 8

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, por sexo, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

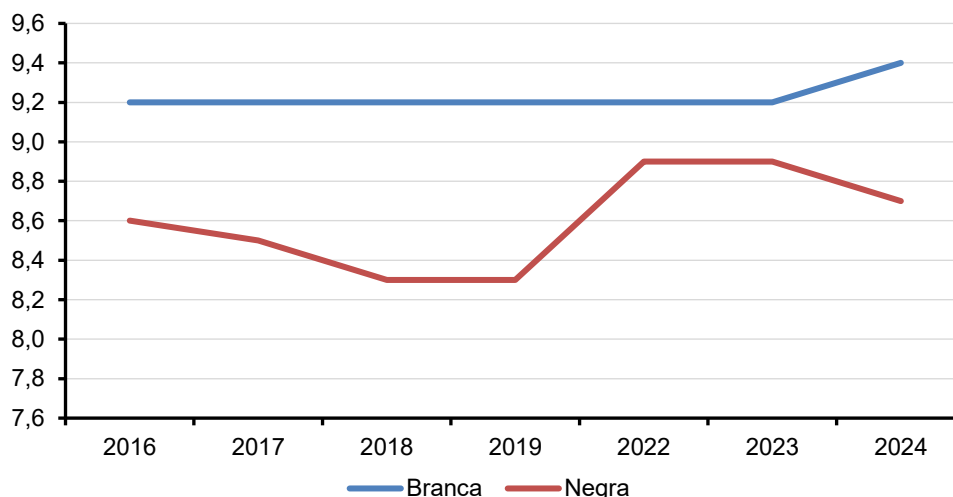
Analisando os dados da média de anos de estudo em cruzamento com a variável raça/cor, percebe-se que as diferenças, sempre em favor dos brancos, são maiores à medida que se eleva a idade



dos grupos etários. Em 2024, entre os indivíduos de 15 a 17 anos, os jovens brancos tinham 9,4 anos de estudo, enquanto os negros tinham 8,7, o que representa uma diferença de 0,7 ano.

Gráfico 9

Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 a 17 anos, por raça/cor, no RS — 2016-24

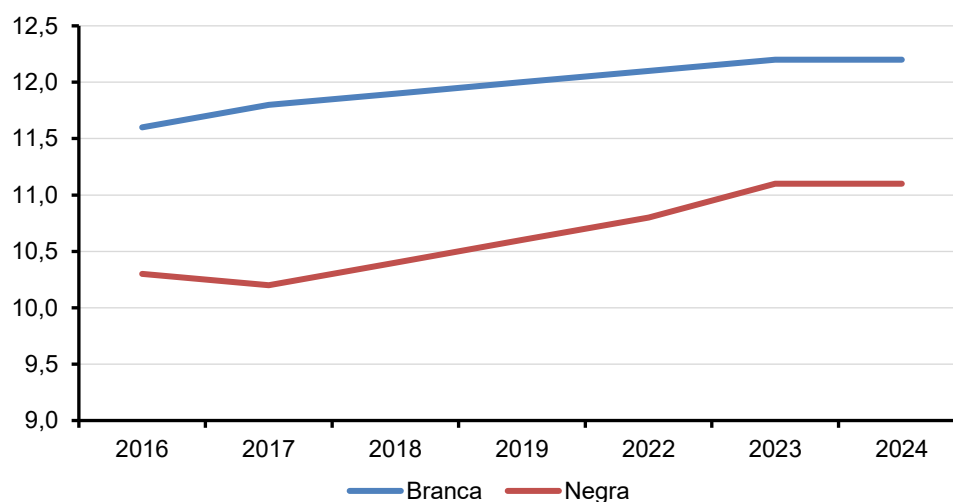


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Na faixa etária 18 a 24 anos, a diferença é de 1,1 ano, resultando em uma média de 12,2 anos para os brancos e 11,1 para os negros. Neste grupo, o crescimento da escolarização desde 2016 é maior que o dos brancos: 0,8 contra 0,6.

Gráfico 10

Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos, por raça/cor, no RS — 2016-24



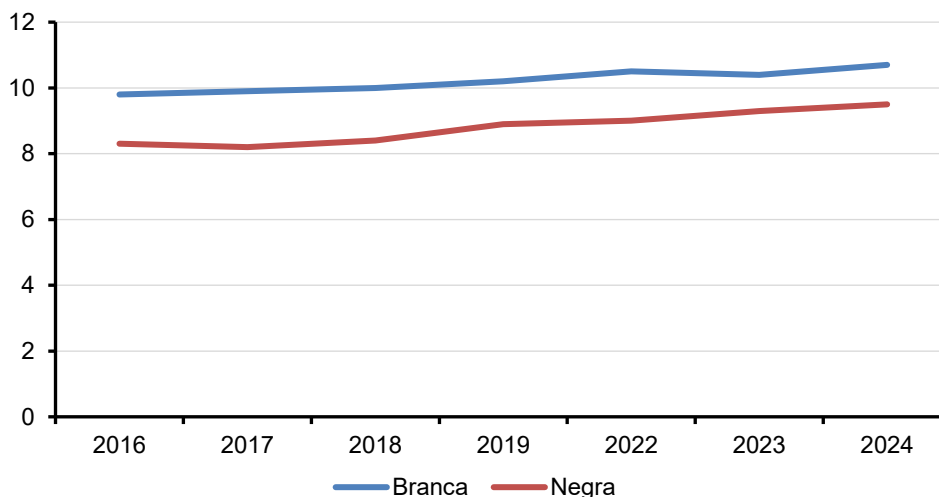
Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Entre as pessoas de 25 anos ou mais, os brancos têm vantagem de 1,2 ano em comparação com os negros. Nessa faixa etária, ocorreram os maiores aumentos de anos de estudo em relação a 2016, em ambos os grupos raciais: 0,9 ano entre os brancos e 1,2 ano entre os negros.



Gráfico 11

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, por raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte: IBGE, 2025.

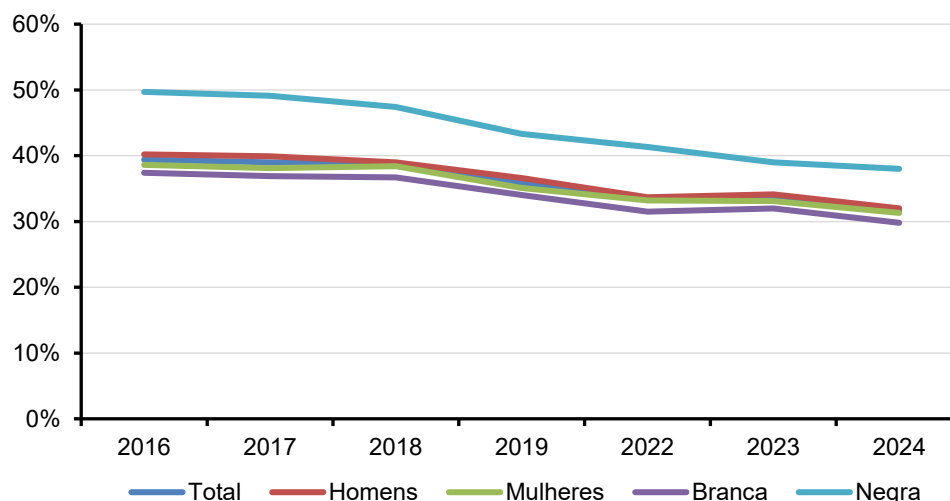
4 Nível de instrução

A última edição da PNAD Contínua revelou que 31,6% da população gaúcha a partir dos 25 anos não tinham instrução formal ou não tinham completado o ensino fundamental, o que significa uma queda de 7,8 p.p. desde 2016. Os homens têm maior percentual de indivíduos com tal nível de instrução em relação às mulheres em pouco menos de 1 p.p. Quanto à análise racial, as disparidades são mais intensas: os negros têm 8,2 p.p. a mais de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto do que os brancos. Desde 2016, houve queda percentual nos diferentes grupos aqui considerados com esse nível de instrução: homens (8,2 p.p.), mulheres (7,3 p.p.), brancos (7,6 p.p.) e negros (11,7 p.p.). Embora a diminuição tenha sido mais intensa entre os negros, a disparidade em relação aos demais grupos ainda é expressiva, tendo em vista a distância da linha referente a tal grupo racial da dos outros grupos, como mostra o Gráfico 12. Desde 2016, houve uma redução de 19,8% na população do estado que não estudou ou não concluiu o ensino fundamental. Entre os grupos analisados — por sexo e por raça/cor —, não foram observadas diferenças significativas nessa diminuição.



Gráfico 12

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais, por sexo e raça/cor, sem instrução formal ou com ensino fundamental incompleto, no RS — 2016-24

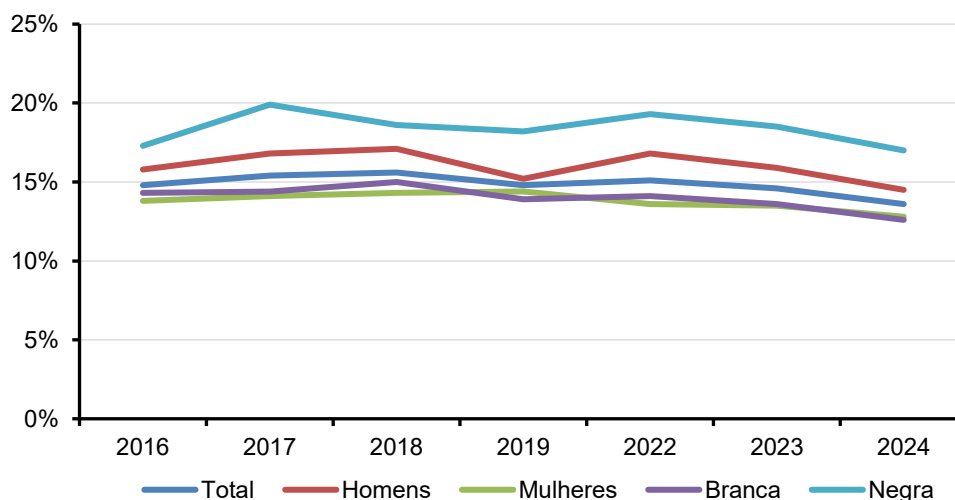


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Não houve mudanças significativas nos percentuais relativos aos gaúchos com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, conforme apresentado no Gráfico 13. Para o total da população, ocorreu diminuição de 1,2 p.p. Os grupos tiveram quedas de percentuais variando entre 1% e 1,7%, exceto para os negros, cuja redução foi de apenas 0,3%. Assim, em 2024, os maiores percentuais de pessoas com esse nível de instrução são de negros (17%) e homens (14,5%). A maior redução proporcional ocorreu entre a população branca, com 11,9% deixando de ter esse nível como o mais elevado de instrução. Em contraste, entre os negros, essa queda foi de apenas 1,7%.

Gráfico 13

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais, por sexo e raça/cor, com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, no RS — 2016-24



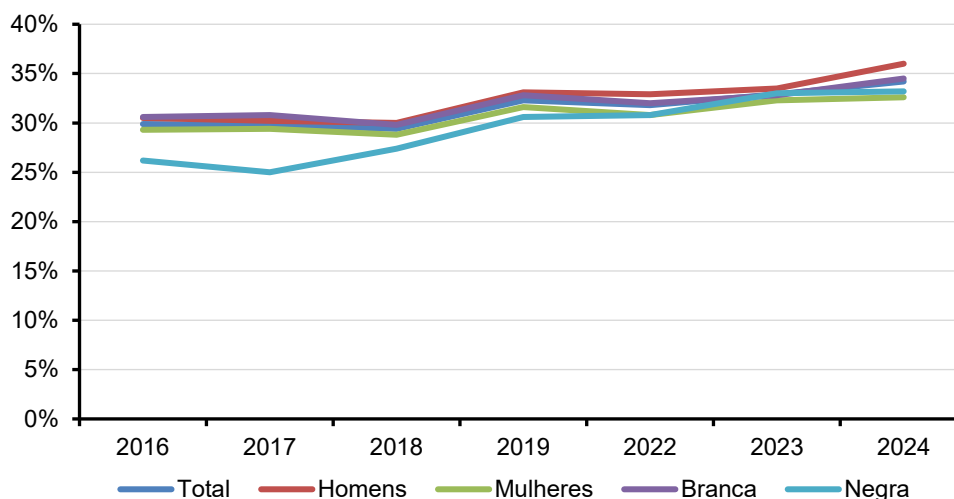
Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.



Pouco mais de um terço da população do RS (34,2%) acima de 25 anos concluiu o ensino médio ou não concluiu o ensino superior em 2024. Em comparação com os números de 2016, esse valor representa um aumento de 4,3 p.p. Os diferentes grupos aqui considerados têm percentuais aproximados na última edição da PNAD Contínua, como pode ser visto no Gráfico 14. Além disso, o grupo que teve o crescimento mais expressivo foi o dos negros, que subiu 7 p.p., saindo de 26,2% em 2016 para 33,2% em 2024. Esse período marcou o aumento de 14,4% da população gaúcha com o ensino médio completo ou ensino superior incompleto. Entre os grupos, os crescimentos relativos mais expressivos foram dos negros (26,7%) e dos homens (18%).

Gráfico 14

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais, por sexo e raça/cor, com ensino médio completo ou ensino superior incompleto, no RS — 2016-2024



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

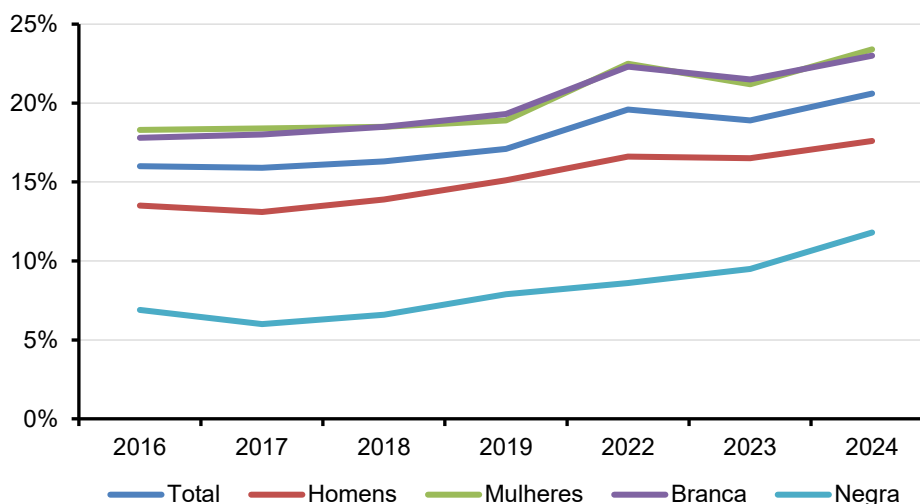
Entre 2016 e 2024, observou-se um crescimento expressivo da proporção de pessoas com ensino superior completo no Rio Grande do Sul. A população negra apresentou a maior variação relativa no período, com um aumento de 71% em comparação com o percentual inicial, enquanto a variação relativa dos brancos foi de 29,2%. Entre os sexos, os homens tiveram um crescimento proporcional de 30,4%, enquanto as mulheres apresentaram um aumento de 27,9%. No total da população, o avanço foi de 28,8%.

Em 2024, 20,6% da população gaúcha com mais de 25 anos possuíam diploma de ensino superior, o que representa uma ampliação de 4,6 p.p. desde 2016. O Gráfico 15, dos gaúchos que possuem ensino superior completo, apresenta as linhas mais dispersas, ou seja, que têm diferenças significativas em seus percentuais. Assim, embora tenha havido crescimento de pessoas com diploma em todos os grupos, as distâncias se mantêm, pois os grupos cujas taxas eram as maiores no início do período, brancos e mulheres, tiveram os maiores crescimentos, de 5,2% e 5,1% respectivamente. Nos grupos de sexo e raça/cor, mulheres e brancos continuam a ter os maiores percentuais. Em 2024, as mulheres tinham cerca de 6 p.p. de vantagem em relação aos homens (23,4% contra 17,6%), enquanto a vantagem dos brancos em relação aos negros era ainda maior, de mais de 11 p.p. (23% contra 11,8%).



Gráfico 15

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais, por sexo e raça/cor, com ensino superior completo, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

5 Taxas de escolarização

O indicador taxa de escolarização mostra a proporção de pessoas de determinada faixa etária que estão matriculadas em alguma instituição educacional em relação ao total de pessoas desse mesmo intervalo de idade na população. Aqui, serão consideradas cinco faixas etárias, que estão relacionadas a diferentes níveis educacionais: 0 a 3 anos — creche; 4 a 5 anos — pré-escola; 6 a 14 anos — ensino fundamental; 15 a 17 anos — ensino médio; e 18 a 24 anos — ensino superior.

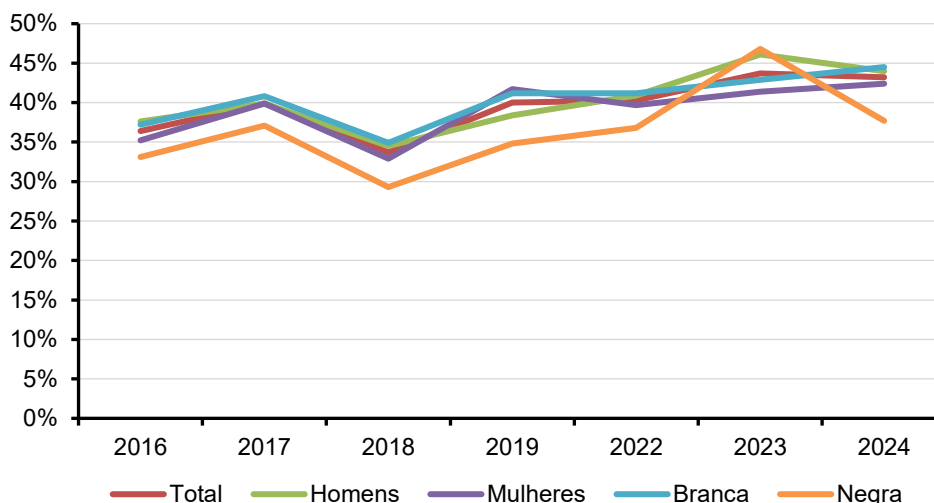
Entre 2016 e 2024, a taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos, no Rio Grande do Sul, apresentou crescimento em todos os grupos analisados. A maior variação relativa foi observada entre as meninas, com um aumento de 20,5% em relação ao percentual inicial. Em seguida, destacam-se as crianças brancas (19,6%) e o total da população (18,7%). Já entre os meninos, o crescimento foi de 17%, enquanto a população negra teve o menor avanço proporcional no período, com uma elevação de 13,9%.

Em 2024, 43,2% das crianças gaúchas de 0 a 3 anos estavam matriculadas em alguma instituição escolar, o que significou uma elevação em tal taxa, em comparação com 2016, de 6,8 p.p. no total de inscrições. Os meninos apresentaram maior taxa que as meninas: 44% contra 42,4%. Entretanto, em todo o período aqui considerado, as meninas tiveram crescimento percentual maior que os meninos: 7,2 p.p. e 6,4 p.p., nessa ordem. Havia mais crianças brancas dessa faixa etária matriculadas em instituições escolares do que crianças negras, com uma diferença de cerca de 7 p.p. (44,5% contra 37,7%). Além disso, no período considerado, as matrículas das crianças brancas aumentaram mais do que as das crianças negras: 7 p.p e 4 p.p. respectivamente.



Gráfico 16

Taxa de escolarização de pessoas de 0 a 3 anos, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24

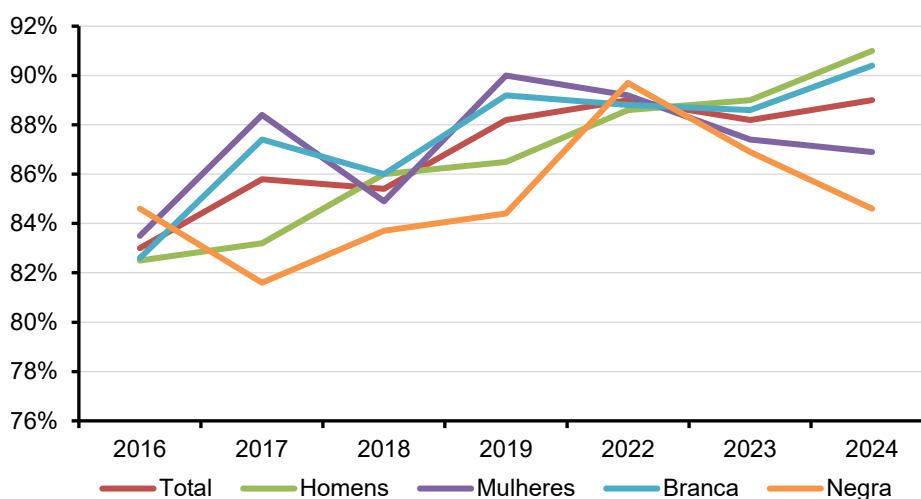


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

A taxa de escolarização de crianças de 4 a 5 anos, no Rio Grande do Sul, apresentou crescimento moderado entre 2016 e 2024, com destaque para os meninos, cuja variação relativa foi de 10,3%. As crianças brancas também registraram um aumento expressivo, de 9,4%. Já entre as meninas, o avanço foi mais discreto, de 4,1%. A população negra, por sua vez, manteve o mesmo percentual observado em 2016, sem variação relativa no período.

Gráfico 17

Taxa de escolarização de pessoas de 4 a 5 anos, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Os dados relativos ao total do estado, em 2024, atingiram 89%, caracterizando um crescimento de 6 p.p. desde o início dos dados. Novamente, o percentual de meninos matriculados (91%) foi maior que o de meninas matriculadas (86,9%). A diferença nas taxas de matrícula entre os sexos aumentou desde 2016 e foi maior entre os meninos (8,5 p.p.) que entre as meninas (3,4 p.p.). Houve também menor



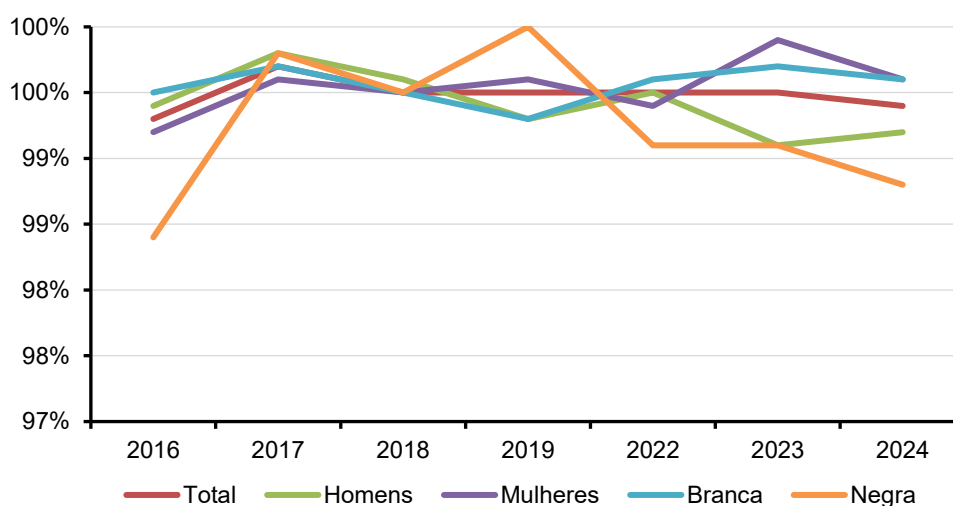
percentual de matrículas de crianças de 4 a 5 anos negras (84,6%) do que de crianças brancas (90,4%) em 2024. Vale destacar ainda que, comparando os dados relativos a 2016 e 2024, houve estabilidade na taxa de matrículas das crianças negras dessa faixa etária e elevação de quase 8 p.p. entre as brancas.

A taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos manteve-se praticamente estável entre 2016 e 2024, com variações percentuais relativas muito pequenas. O total da população apresentou leve crescimento de 0,1%, enquanto, entre as meninas e a população negra, esse aumento foi de 0,4%. Por outro lado, os meninos registraram uma pequena queda de 0,2% no período.

Com a quase universalidade do ensino fundamental no estado gaúcho (99,4% de taxa de escolarização), não há grandes diferenças entre os grupos aqui analisados no que tange aos estudantes de 6 a 14 anos, nem quando se considera somente a última edição da pesquisa, nem quando se avalia a trajetória dos dados no tempo. Nessa faixa etária, ocorre a “ultrapassagem” das mulheres em relação aos homens, embora a diferença seja diminuta.

Gráfico 18

Taxa de escolarização de pessoas de 6 a 14 anos, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Na faixa etária correspondente ao ensino médio, ocorreram os maiores incrementos nas taxas de escolarização, no RS. Entre 2016 e 2024, a taxa de escolarização da população de 15 a 17 anos apresentou crescimento em todos os grupos, com destaque para as mulheres (8,4%) e a população branca (8,9%). O total da população teve um aumento de 8,3%, enquanto os homens registraram variação de 8%. A população negra, embora tenha partido de um patamar ligeiramente inferior, apresentou a menor variação relativa no período, com crescimento de 7,1%.

Em 2024, 95% dos jovens de 15 a 17 anos, no RS, tinham vínculos educacionais em qualquer nível de ensino, o que significou a ampliação de 7 p.p. dessa taxa em comparação com a de 2016. A participação relativa das jovens gaúchas, como na faixa anterior, segue maior que a dos jovens, embora em apenas 1 p.p. No registro longitudinal, o crescimento de ambos os sexos foi de aproximadamente 7 p.p.

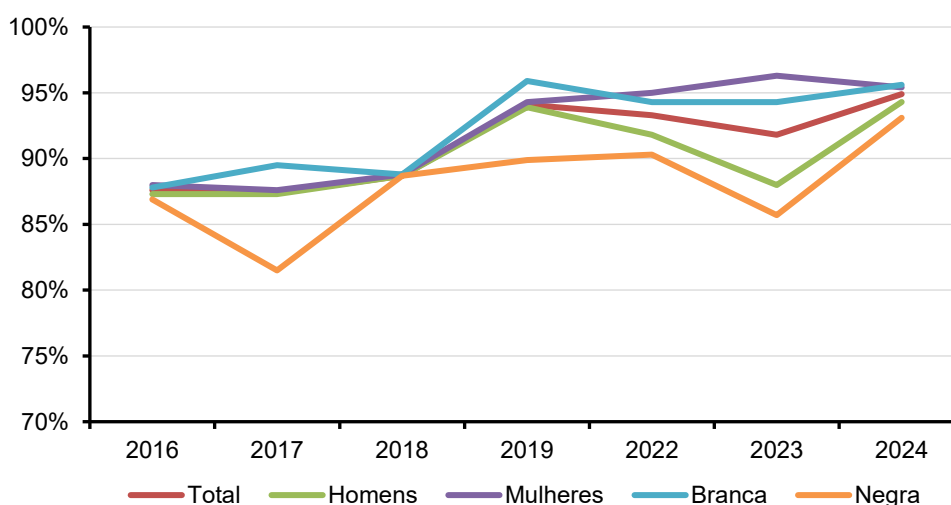
Os brancos apresentaram maior participação relativa de matrículas nessa faixa etária (95,6%) em comparação com os estudantes negros (93,1%). Também tiveram maiores taxas de expansão de matrículas.



culas: 7,8 p.p. contra 6,2 p.p. Apesar de a população negra ter começado o período com uma taxa semelhante à da população branca, entre 2016 e 2017, ocorreu uma queda expressiva e chegou ao menor índice da série histórica (81,5%). No entanto, ao longo dos anos seguintes, a diferença entre os dois grupos foi sendo gradualmente diminuída e voltou a níveis próximos aos registrados no início da série.

Gráfico 19

Taxa de escolarização de pessoas de 15 a 17 anos, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Entre 2016 e 2024, a taxa de escolarização da população de 18 a 24 anos, no Rio Grande do Sul, permaneceu praticamente estável no total, com variação relativa de apenas 1,2%, o que representou um acréscimo de 0,4 p.p. No entanto, os dados revelam diferenças importantes entre os grupos: enquanto mulheres e pessoas brancas apresentaram crescimento de 5,8% e 6,6%, respectivamente, os homens tiveram uma queda de 3,9%, e a população negra registrou a maior retração proporcional: 5,3%.

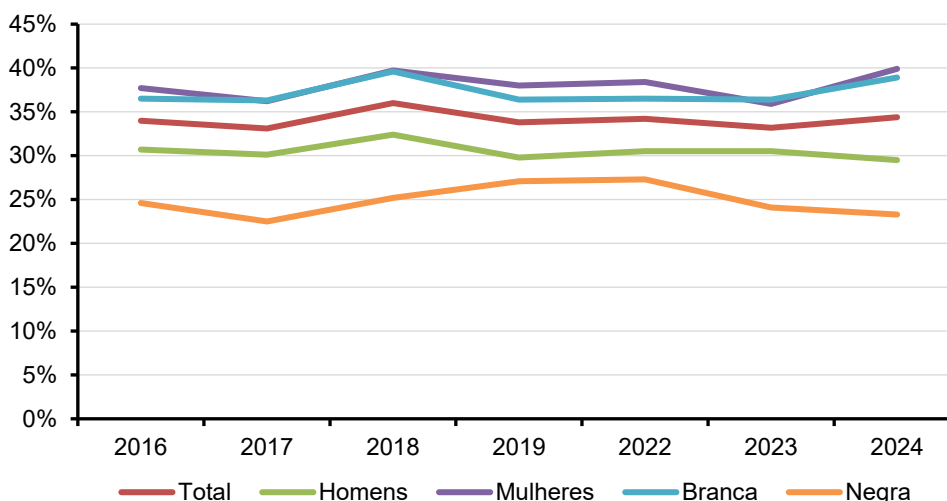
Em 2024, o percentual de jovens de 18 a 24 anos, no Rio Grande do Sul, que frequentavam algum estabelecimento de ensino foi de 34,4%, o que representou quase estabilidade em comparação com o valor de 2016 (34%). Assim, no total do estado, não houve expansão, ao se levar em conta a série histórica, aqui considerada, dos jovens dessa faixa etária que frequentavam o universo educacional. Contudo, ao segmentar os dados por sexo e raça, observam-se desigualdades que favorecem tanto as mulheres quanto os indivíduos brancos.

Em 2024, 40% das mulheres dessa faixa etária, no RS, estavam estudando, o que indica um aumento de 2 p.p. em relação a 2016. Entre os homens, o índice era de aproximadamente 30%, o que representa uma redução de cerca de 1 p.p. no mesmo intervalo temporal. No recorte racial, a disparidade é ainda mais evidente: as proporções de brancos e de negros vinculados a estabelecimentos educacionais eram de 38,9% e 23,3% respectivamente. As variações, desde 2016, reforçam essa desigualdade no acesso ao ensino: acréscimo de 2,4 p.p. entre os brancos e queda de 1,3 p.p. entre os negros.



Gráfico 20

Taxa de escolarização de pessoas de 18 a 24 anos, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

6 Taxa ajustada de frequência escolar líquida

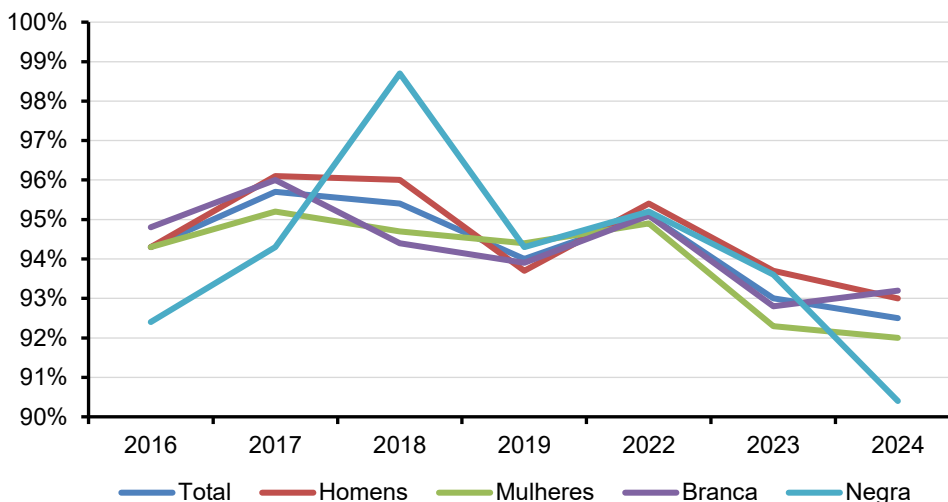
O conceito de taxa ajustada de frequência escolar líquida é um indicador educacional que mede a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam o nível de ensino adequado para sua idade ou um nível superior a ele em relação ao total da população nessa mesma faixa etária. Assim, os dados abaixo indicam, para o RS, os percentuais de crianças de 6 a 10 anos em alguma das séries dos anos iniciais e de 11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental; de adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio; e de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior.

Houve uma leve retração da taxa ajustada de frequência escolar líquida da população de 6 a 10 anos entre 2016 e 2024. A maior variação relativa negativa foi observada entre as meninas, com queda de 2,4%, seguida da população negra (- 2,2%). Já entre os meninos, a redução foi de 1,4% e, entre os brancos, de 1,7%. No total da população, a taxa caiu 1,9%. Os dados mostram que, em 2024, 92,5% das crianças nessa faixa etária, no RS, estavam matriculadas entre o 1.º e o 5.º ano do ensino fundamental. Os grupos apresentaram taxas próximas à do total do estado, excetuando os negros, cujo índice foi de 90,4%.



Gráfico 21

Taxa ajustada de frequência escolar líquida de pessoas de 6 a 10 anos,
por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24

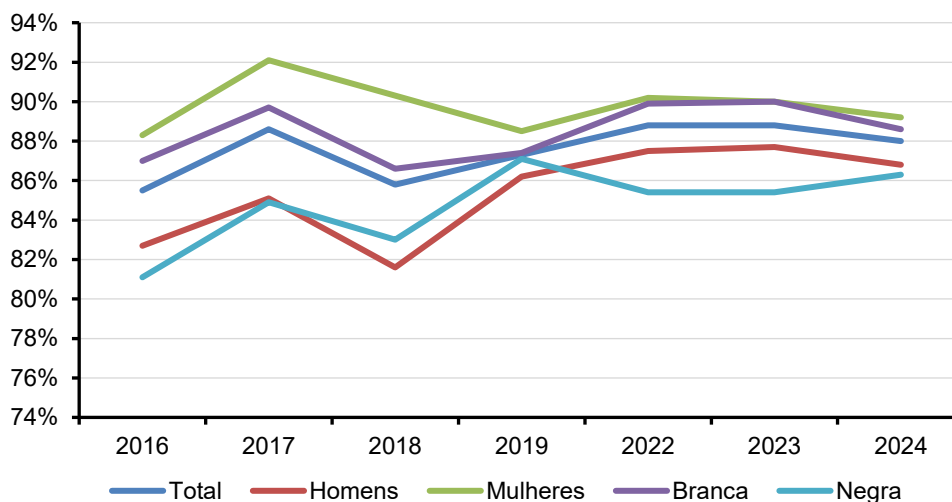


Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Em comparação com a faixa etária anterior, observam-se menores taxas ajustadas de frequência escolar líquida para os estudantes gaúchos de 11 a 14 anos, que deveriam estar frequentando entre o 6.º e o 9.º ano, séries escolares que compõem os anos finais do ensino fundamental. Os dados revelam certa estabilidade entre 2016 e 2024, com variações modestas ao longo do período. A taxa total oscilou entre 85,5% (2016) e 88,8% (2022 e 2023), encerrando com 88% em 2024. Embora não haja tendência clara de crescimento, observa-se uma leve melhora em relação a 2016. A evolução por sexo mostra que as meninas mantêm, ao longo de todo o período, taxas superiores às dos meninos. Em 2024, por exemplo, 89,2% das adolescentes estavam frequentando os anos finais do ensino fundamental contra 86,8% dos adolescentes do sexo masculino.

Gráfico 22

Taxa ajustada de frequência escolar líquida de pessoas de 11 a 14 anos,
por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.



Quanto ao recorte racial, a diferença entre estudantes brancos e negros de 11 a 14 anos (Gráfico 22) é consistente, ainda que tenha diminuído nos últimos anos. Em 2016, a taxa de frequência dos brancos era 5,9 p.p. superior à dos negros (87% contra 81,1%). Já em 2024, essa diferença caiu para 2,3 p.p. (88,6% contra 86,3%). Essa aproximação entre os grupos sugere uma leve redução das desigualdades raciais no acesso e na permanência no ensino fundamental nessa faixa etária, embora ainda persistam disparidades.

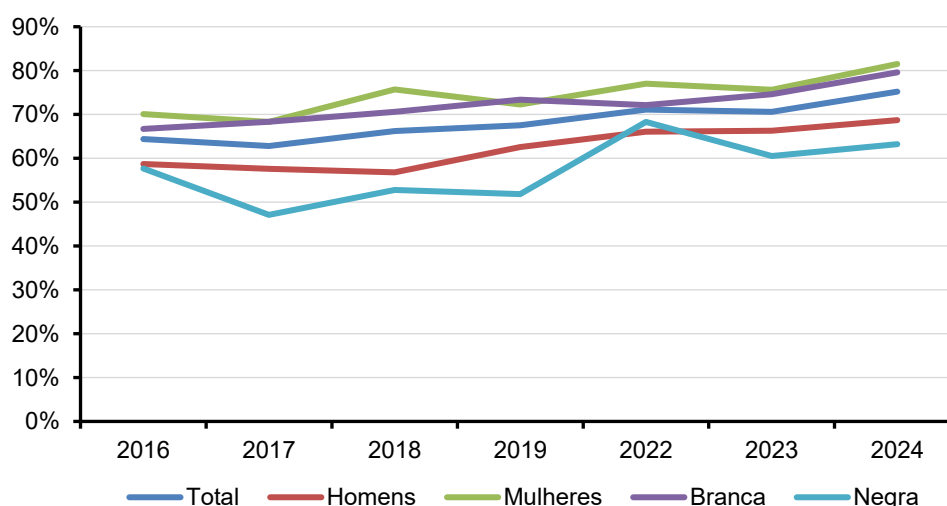
Os dados de frequência escolar líquida de adolescentes de 15 a 17 anos (Gráfico 23) matriculados no ensino médio, no RS, apontam um crescimento importante entre 2016 e 2024. A taxa total passou de 64,4% para 75,2% no período, revelando um avanço de quase 11 p.p. Entretanto, as diferenças entre os grupos, por sexo ou por raça/cor, seguem marcantes: enquanto os meninos chegaram a 68,7% em 2024, as meninas atingiram 81,5%, ampliando ainda mais a vantagem que já existia no início da série histórica.

No recorte racial, os estudantes brancos mantêm percentuais superiores ao longo dos anos, alcançando 79,6% em 2024. Já entre os negros, embora haja um avanço desde os patamares mais baixos, observados em 2017 (47,1%), o índice de 2024 (63,2%) ainda evidencia uma defasagem importante em relação aos brancos, de mais de 16 p.p.

Em termos relativos, o crescimento mais expressivo foi observado entre os estudantes brancos: 19,3% em relação ao percentual de 2016. Os meninos também apresentaram variação significativa (17%), superando o crescimento das meninas (16,3%) e do total da população (16,8%). Já entre os estudantes negros, o avanço proporcional foi o menor entre os grupos, com apenas 9,5%, o que reforça a persistência de desigualdades estruturais, que dificultam o acesso e a permanência de jovens negros no ensino médio em tempo adequado.

Gráfico 23

Taxa ajustada de frequência escolar líquida de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no ensino médio, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte: IBGE, 2025.

A proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, no RS, mostrou um crescimento entre 2016 e 2024, passando de 26,6% para 29,8%. A desigualdade por sexo permaneceu expressiva: as mulheres registraram taxas muito superiores às dos homens em toda a série histórica. Em 2024, por exemplo, 36,3% das jovens nessa faixa etária estavam no ensino superior diante de apenas 24,1% dos jovens — uma diferença de mais de 12 p.p.

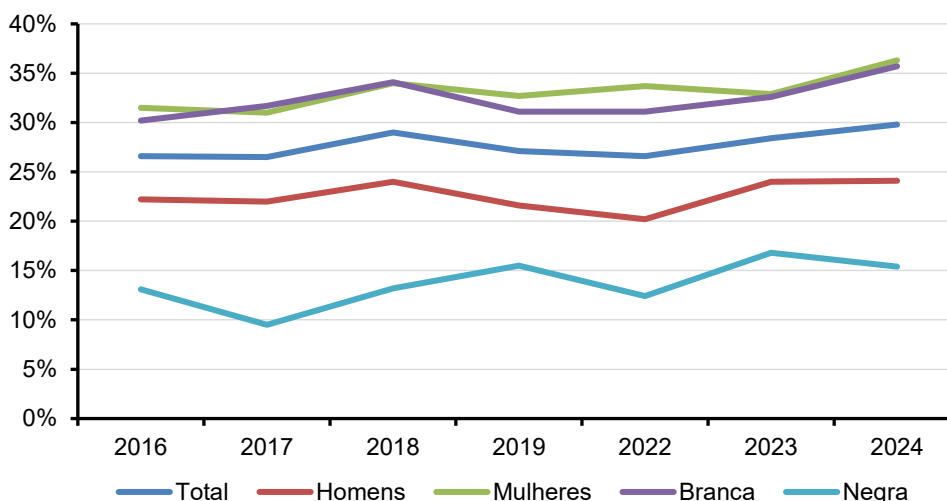


A desigualdade racial é ainda mais marcante. Enquanto a taxa de frequência entre os jovens brancos cresceu de 30,2% em 2016 para 35,7% em 2024, os jovens negros permaneceram com percentuais significativamente mais baixos, que variaram de 9,5% em 2017 para 16,8% em 2023 e encerraram 2024 em 15,4%.

Sob a perspectiva da variação relativa, os dados reforçam algumas disparidades. O crescimento proporcional entre as mulheres foi de 15,2%, superior ao observado entre os homens, de 8,6%. A população branca teve o maior avanço percentual entre os grupos (18,2%), enquanto os jovens negros avançaram 17,6%, apesar de partirem de um patamar muito mais baixo. No total da população, o crescimento foi de 12%. Esses números evidenciam que, embora haja avanços, o acesso à educação superior no RS continua refletindo desigualdades estruturais de gênero e, sobretudo, de raça.

Gráfico 24

Taxa ajustada de frequência escolar líquida de pessoas de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, por sexo e raça/cor, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

7 Condições de estudo e situação de ocupação dos jovens gaúchos

A juventude é legalmente definida no Brasil pelo Estatuto da Juventude, instituído pela Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013). De acordo com essa lei, são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. Nesta seção, serão analisados dados da PNAD Contínua, com o objetivo de verificar se os jovens gaúchos estão inseridos no mercado de trabalho, se frequentam alguma instituição de ensino formal, se acumulam ambas as condições ou se não se encontram em nenhuma delas — situação conhecida como a dos jovens “nem-nem”¹.

Os dados sobre jovens ocupados que também frequentam escola ou cursos (pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional) mostram um crescimento moderado no RS, entre 2016 e 2024. A taxa total passou de 18,5% em 2016 para 21,4% em 2024. A participação das mulheres no grupo dos que trabalham e também buscam qualificação foi consistentemente superior à dos homens

¹ Rocha *et al.* (2020) fazem uma interessante observação a respeito da nomenclatura “nem-nem”, ao preferir utilizar o termo para se referir a uma situação transitória em que os jovens se encontram e não como algo que os defina. Assim, preferem usar “jovens que estão na situação de nem-nem” em vez de “jovens que são nem-nem”.



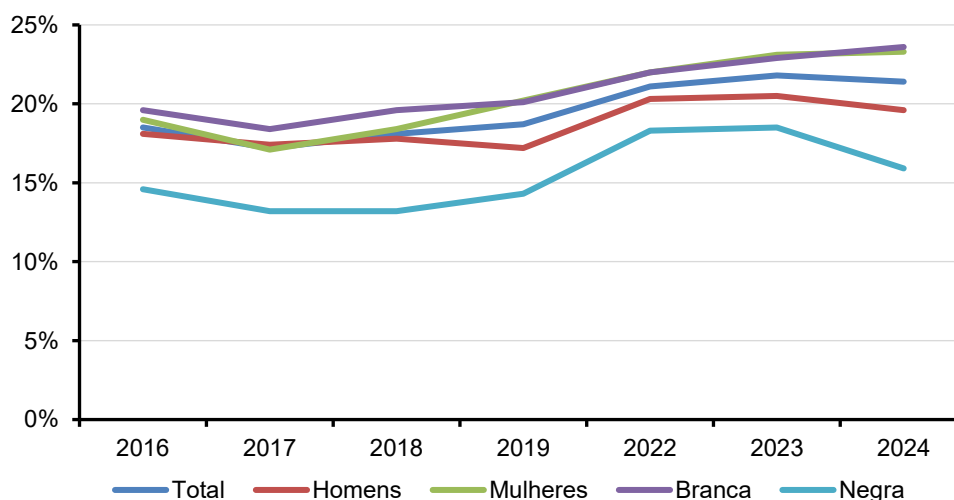
a partir de 2018. No último ano da pesquisa, 23,3% das jovens ocupadas conciliavam trabalho com estudos ou cursos, enquanto, para os homens, essa proporção foi de 19,6%.

A análise por raça/cor evidencia desigualdades persistentes. Jovens brancos apresentaram as maiores taxas de conciliação entre trabalho e estudos: 23,6%, atingidos em 2024 — um avanço em relação aos 19,6% registrados em 2016. Já entre os jovens negros, apesar de uma recuperação entre 2019 e 2023, a taxa caiu novamente em 2024, ficando em 15,9%. Ainda que o grupo tenha registrado melhora em relação a anos anteriores, a diferença para os brancos continua significativa, de cerca de 8 p.p.

Do ponto de vista da variação relativa, as mulheres lideraram o crescimento proporcional no período, com aumento de 22,6%, seguidas dos jovens brancos (20,4%). O total da população teve variação de 15,7%, enquanto os homens apresentaram crescimento mais modesto (8,3%). A menor variação foi observada entre os jovens negros, com apenas 8,9%, o que reforça a persistência de barreiras no acesso à qualificação profissional para esse grupo, mesmo entre aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 25

Proporção de pessoas de 15 a 29 anos ocupadas, por sexo e raça/cor, que frequentam instituição escolar ou profissionalizante, no RS – 2016-2024



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

No que concerne aos jovens ocupados que não frequentam escola ou qualquer curso de qualificação, o Gráfico 26 mostra um cenário de disparidades de sexo e raça. A taxa total saiu de 40,7% em 2016 para 42,6% em 2024. Os homens seguem como a maioria entre os jovens que trabalham sem estudar ou se qualificar e mantiveram percentuais elevados em toda a série. Esses percentuais chegaram a 49,8% em 2024, o que representa praticamente metade da população masculina jovem nessa condição. Entre as mulheres, os índices são mais baixos, mas também chamam a atenção: passaram de 32% em 2016 para 35,1% em 2024.

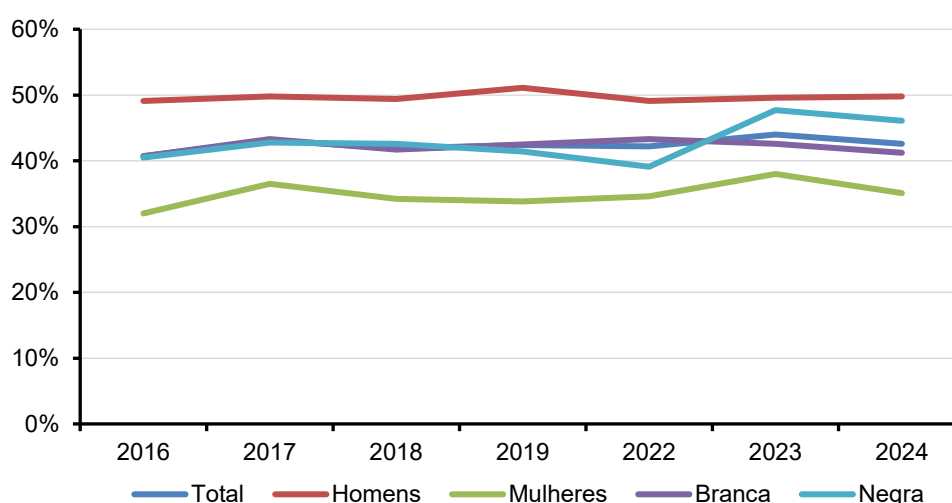
Considerando a variável racial, evidencia-se uma piora mais preocupante entre os jovens negros. Em 2024, 46,1% deles estavam ocupados e fora de qualquer atividade educacional ou de qualificação — um salto expressivo em relação aos 40,5% de 2016. Concomitantemente, os brancos mantiveram certa estabilidade, com leve elevação de 40,7% em 2022 para 41,2% em 2024.



Sob a ótica da variação relativa, as mulheres (13,8%) e os negros (13,8%) apresentaram o maior crescimento proporcional no período. O total da população teve variação de 4,7%, enquanto os homens e os brancos registraram os menores avanços, com 1,4% e 1,2% respectivamente. Esses dados reforçam que, mesmo entre os jovens inseridos no mercado de trabalho, há uma parcela significativa que não acessa oportunidades de formação complementar — um fenômeno mais acentuado entre homens e pessoas negras.

Gráfico 26

Proporção de pessoas de 15 a 29 anos ocupadas, por sexo e raça/cor, que não frequentam instituição escolar ou profissionalizante, no RS – 2016-2024



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Ao observar os dados referentes aos jovens não ocupados, mas inseridos em atividades educacionais ou de qualificação, ou seja, que estavam se dedicando apenas aos estudos, percebe-se uma leve tendência de queda, ao longo do tempo, no total do RS e nos grupos analisados. A taxa total, que era de 24,8% em 2016, chegou a 22,8% em 2024. Entre os homens, a proporção passou de 21,9% no início da série para 21,5% em 2024. As mulheres apresentaram percentuais mais altos ao longo de todo o período, encerrando 2024 com 24,2% — quase três pontos percentuais a mais do que os homens, o que reflete maior dedicação exclusiva das mulheres às atividades educacionais.

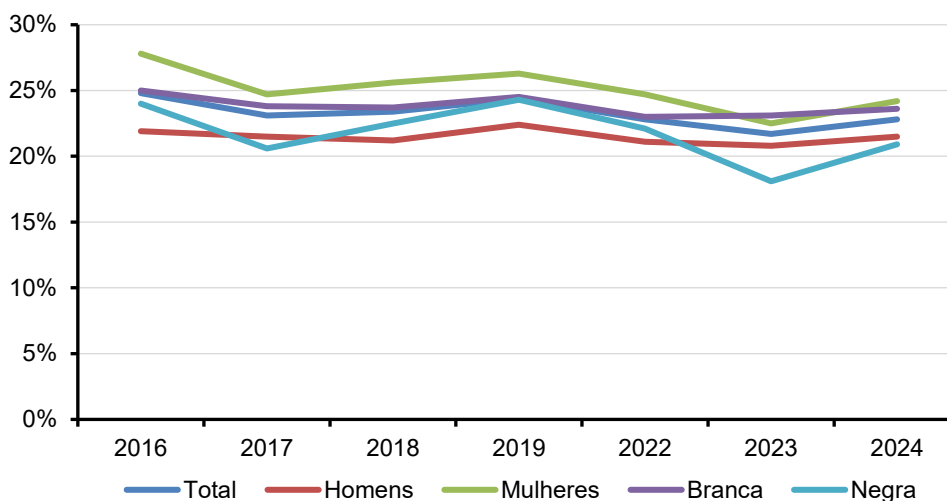
Apesar da estabilidade relativa geral ao longo da série, os jovens negros apresentaram uma das quedas mais expressivas, passando de 24% em 2016 para 20,9% em 2024 — uma redução de 3,1 p.p. Entre os brancos, a variação foi menor, de 25% para 23,6% no mesmo período. Em 2024, a diferença entre os dois grupos raciais foi de 2,7 p.p.

Em termos de variação proporcional, as mulheres e os jovens negros registraram as maiores quedas no período, ambas de 12,9%. O total da população teve retração de 8,1%, enquanto, entre os homens, a diminuição foi mais discreta (- 1,8%). A população branca apresentou variação negativa de 5,6%. Esses dados reforçam que, mesmo entre os jovens não ocupados, o acesso à educação não é equitativo, com perdas mais acentuadas entre os grupos historicamente mais vulneráveis.



Gráfico 27

Proporção de pessoas de 15 a 29 anos não ocupadas, por sexo e raça/cor, que frequentam instituição escolar ou profissionalizante, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

Nas últimas edições da pesquisa, observou-se uma redução do percentual de jovens que não estudam nem trabalham — os que estão em situação de “nem-nem”. Em 2016, esse grupo representava 16% do total, mas caiu para 13,1% em 2024. A redução se deu em todos os grupos, mas a diferença por sexo, no entanto, permanece marcante. Essa redução reflete uma tendência nacional, como apontada por Rocha *et al.* (2020).

Os homens apresentaram percentuais mais baixos ao longo de toda a série, estabilizando-se em torno de 9% nos anos mais recentes, enquanto as mulheres apresentaram índices consistentemente mais altos, que alcançaram 17,3% em 2024 — quase o dobro do registrado entre os homens. Isso evidencia que, embora haja avanços gerais, as desigualdades de gênero persistem de forma significativa. Como ressaltam Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013), os maiores índices de mulheres em situação de “nem-nem” estão relacionados com as responsabilidades familiares, que recaem mais sobre elas.

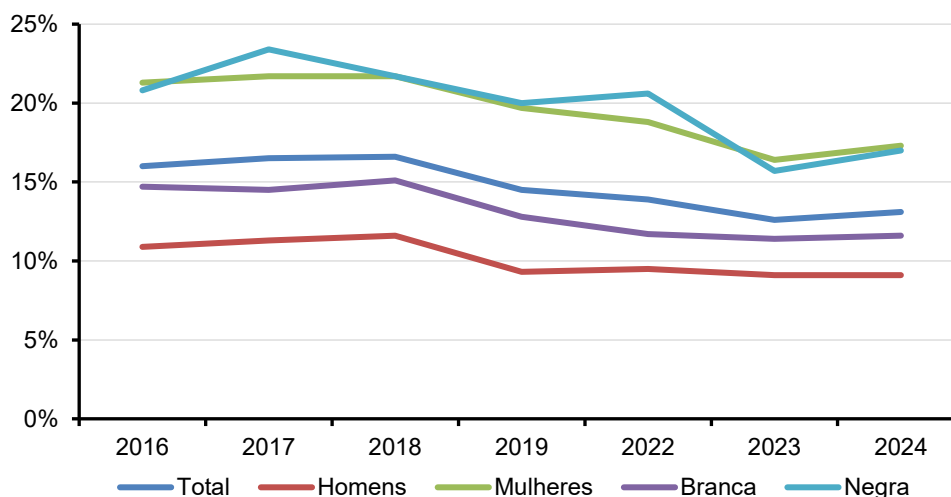
Sob a perspectiva racial, também persistem desigualdades expressivas. Em 2024, 17% dos jovens negros e 11,6% dos brancos estavam fora da escola e do mercado de trabalho, uma diferença de mais de 5 p.p. Embora os percentuais de negros tenham oscilado ao longo da série, a queda registrada entre 2016 e 2023 foi expressiva, de quase 4 p.p.

Considerando a variação percentual relativa, os maiores recuos foram observados entre os jovens brancos (- 21,1%) e as mulheres (- 18,8%), seguidos dos negros (- 18,3%) e do total da população (- 18,1%). Os homens apresentaram a menor variação proporcional, com queda de 16,5%. Esses dados indicam avanços importantes na redução da condição “nem-nem”, mas também revelam que ela continua afetando desproporcionalmente mulheres e jovens negros.



Gráfico 28

Proporção de pessoas de 15 a 29, por sexo e raça/cor, que não estudam nem trabalham, no RS — 2016-24



Fonte dos dados brutos: IBGE, 2025.

8 Considerações finais

Ao longo do período de 2016 a 2024, o Rio Grande do Sul apresentou uma tendência de redução da taxa de analfabetismo, com uma queda de 0,6 p.p. Apesar da estabilidade entre os sexos, observam-se diferenças importantes por faixa etária, principalmente a partir dos 40 anos, embora todas as faixas tenham registrado melhorias. Persistem, no entanto, desigualdades raciais marcantes, com os grupos negros apresentando taxas de analfabetismo significativamente mais elevadas ao longo de toda a série.

O número médio de anos de estudo também revela avanços, ainda que desiguais. Jovens de 15 a 17 anos atingem 9,2 anos em média, com vantagem para mulheres e brancos. Entre os de 18 a 24 anos, a média sobe para 11,9 anos, mantendo-se a vantagem das mulheres e acentuando-se a distância racial. Para os adultos com 25 anos ou mais, a média é de 10,4 anos, com paridade entre os sexos, mas ainda com desvantagem para a população negra, o que indica que as desigualdades históricas seguem influenciando o acesso à educação formal e a permanência nela.

No que diz respeito ao nível de instrução da população com 25 anos ou mais, observa-se uma redução expressiva da proporção dos indivíduos com baixa escolaridade (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto) de 7,8 p.p. Contudo, essa queda é menos acentuada entre os negros, ampliando as disparidades. O crescimento dos grupos com ensino médio completo ou com ensino superior também é notável, sobretudo o aumento de 4,6 p.p. do percentual de pessoas com ensino superior completo, embora essa seja a categoria com as maiores desigualdades de sexo e raça/cor em favor das mulheres e dos brancos.

As taxas de escolarização evidenciam avanços em quase todas as faixas etárias. Os maiores crescimentos ocorreram entre as crianças de 0 a 3 anos e entre os jovens de 15 a 17 anos, de 7 p.p. em ambos os grupos. A quase universalização do acesso ao ensino das crianças entre 6 e 14 anos (99,4%) é um ponto positivo, com pouca variação entre os grupos. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, as taxas de escolarização tiveram uma pequena variação entre 2016 e 2024, mas permaneceram significativas disparidades raciais e de gênero em desfavor de homens e negros.



A taxa ajustada de frequência escolar líquida confirma essa trajetória desigual. Enquanto as crianças de 6 a 10 anos apresentaram uma leve redução, adolescentes de 15 a 17 anos avançaram significativamente (75%, uma alta de 11 p.p.), mas as diferenças por sexo e raça se aprofundaram. Na faixa de 18 a 24 anos, apesar de um pequeno crescimento (3 p.p.), apenas 30% estão inseridos na etapa de ensino apropriada para a sua idade, com homens e negros enfrentando os maiores obstáculos de permanência educacional.

Por fim, a análise das condições de estudo e ocupação dos jovens gaúchos mostra um cenário complexo. Aumentou o percentual de jovens ocupados que também estudam (21,4%), sobretudo entre mulheres e brancos. No entanto, a maior parcela ainda se encontra ocupada e fora da escola (42,6%), especialmente entre homens e brancos. Ainda, houve redução da proporção de jovens que apenas estudam (22,8%) e daqueles que não estudam nem trabalham (13,1%), com as melhores condições concentradas entre mulheres e brancos.

Em síntese, os dados da PNAD Contínua de 2016 a 2024 evidenciam importantes avanços nos indicadores educacionais do Rio Grande do Sul, mas também reiteram a persistência de desigualdades estruturais, especialmente com relação a raça/cor e, em alguns casos, sexo. O desafio que se impõe é o de consolidar os ganhos já alcançados e, sobretudo, reduzir as distâncias que ainda impedem parte significativa da população de acessar e concluir os níveis mais elevados de escolarização.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema de garantia de direitos. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

IBGE. **PNAD Contínua 2024**: educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sibra.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MENEZES FILHO, Naercio A.; CABANAS, Pedro Henrique F.; KOMATSU, Bruno Kawaoka. A condição 'nem-nem' entre os jovens é permanente? **Policy Paper**, Insper, n. 7, 2013.

ROCHA, Enid et al. Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas? **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 545-562, 2020.

